

ASSISTENCIALISMO, PRIMEIRO-DAMISMO E MANIPULAÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO DE LÚCIA BRAGA NO ESTADO PARAIBANO NA DÉCADA DE 1980

ASSISTENCIALISM, FIRST-LADISM AND SOCIAL MANIPULATION: THE PERFORMANCE OF LUCIA BRAGA IN THE STATE OF PARAÍBA IN THE 1980s

Dayanny Deyse Leite RODRIGUES*

Resumo

Lúcia Braga é uma política paraibana, ex-primeira-dama do estado, que entrou na política partidária em 1986, momento em que foi eleita deputada federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com 92.324 votos. Este trabalho objetivou analisar a relação entre o assistencialismo e a manipulação social, enquanto práticas efetivadas por Lúcia Braga, no momento em que a personalidade ocupou o papel primeira-dama da Paraíba, entre os anos de 1983 a 1986. Apontamos que Lúcia Braga conseguiu se projetar ao cenário central da política, fazendo uso de práticas assistencialistas e filantrópicas, construindo no esteio das camadas populares da capital paraibana, seu reduto eleitoral. Seguindo a perspectiva na História Política Renovada, observou-se o poder e suas relações para além das instituições do Estado.

Palavras-chave: Lúcia Braga; Assistencialismo; Primeiro-damismo.

Abstract

Lucia Braga is a politician from Paraíba, former first lady of the state, who came in partisan politics in 1986, the moment that she was elected a federal deputy by the Frente Liberal Party (PFL), with 92.324 votes. This work aimed to analyze the relationship between the assistencialism and the social manipulation, while practices performed by Lucia Braga, at the time that the personality played the role of first lady of Paraíba, between the years of 1983 and 1986. We note that Lucia Braga was able to project herself in the central stage of politics, by making use of assistentialist and philanthropic practices, building at the heart of the popular layers of the state capital, her electoral stronghold. By following the perspective in Renewed Political History, we observed the power and its relationships beyond the institutions of the State.

Keywords: Lucia Braga; Assistentialism; First-Ladism.

Entre assistência e assistencialismo

Antônia Lúcia Navarro Braga, mais conhecida como Lúcia Braga, foi a primeira deputada federal eleita no estado da Paraíba, evento ocorrido em 1986. Desempenhando

* Doutoranda – Programa de pós-Graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO. Email: dayannydeyse@hotmail.com.

um importante papel participativo nos bastidores da política partidária (atuação enquanto primeira-dama) durante a primeira metade da referida década, Lúcia Braga conseguiu se projetar politicamente e alcançar o patamar de frente do cenário em questão. Mais do que adentrar o campo político¹, Lúcia Braga construiu seu espaço de atuação e, conseqüentemente, seu reduto de votos permanecendo na política até os dias atuais². Entre pertencimento familiar, projeção política via casamento e construção de capitais políticos próprios, a trajetória de Lúcia Braga foi entendida neste trabalho como singular frente aos estereótipos construídos em torno do papel de primeira-dama, bem como em relação à participação feminina na política paraibana. Os caminhos percorridos pela personalidade estudada entre 1982 e 1986 foram aqui discutidos³.

Impossível realizar um estudo sobre a atuação de Lúcia Braga sem levar em conta o teor assistencialista imbricado em suas práticas, principalmente, se tratando de sua performance entre os anos de 1983 a 1986, momento que, enquanto primeira-dama do Estado, assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho (Funsat) e desenvolveu junto ao governo de seu esposo um protagonismo acentuado. Ponto de grande crítica, o assistencialismo carregado por Lúcia foi analisado levando-se em conta alguns fatores como: a sua profissão de formação e sua posição de primeira-dama.

A Funsat surgiu de uma modificação estrutural ocorrida no interior da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS). Esta passou a se chamar Secretaria de Serviços Sociais, e teve suas atividades ligadas ao campo de atuação da então criada Fundação Social do Trabalho. Como aponta Mello (1993)⁴, a Fundação foi criada e transformada em verdadeira sub-secretaria. Ainda pouco discutida pela historiografia paraibana, a Funsat foi um órgão de grande importância política e administrativa no Estado da Paraíba durante a década de 1980. Não só pela projeção de Lúcia Braga no cenário político, mas pela forma de trabalho que implantou, fazendo com que certa parcela da população se sentisse “enxergada e atendida” pelo governo. Entre assistência e assistencialismo, a fundação atuou como base e porta voz do governo de Wilson Braga. A respeito da Funsat, Mello (1993) destaca que:

Convertida em verdadeira sub-secretaria, a FUNSAT partiu para a execução de sem número de projetos que envolviam o Mutirão, Humanização do Núcleo Habitacional Beira-Rio, edificação dos conjuntos Renascer I e II, Projeto Taipa, Programa de Recuperação de periferias Urbanas, logo estendido ao interior, Promoção de Emprego, Apoio ao Migrante, Projeto Operário, Promoção do Artesanato, Incentivo à Geração de Renda e Ocupação, Programa de Promoção Social, Desenvolvimento de Comunidade em Centro Social Urbano e Módulos Comunitários Rurais, Atendimento Social, Saúde para o

Povo, Bem-Estar do Menor e Programas Especiais” (MELLO, 1993, p. 220).

Formada em Serviço Social no contexto da década de 1950, quando o curso ainda carregava consigo uma metodologia assistencialista, Lúcia Braga realizou suas ações junto à Funsat em plena década de 1980 embasadas ainda nesse ideal. Vale destacar que apenas nas décadas de 1960/70, inicia-se um processo de mudança no interior da profissão do Serviço Social, momento em que novos fundamentos teóricos metodológicos começam a ser discutidos e implantados no curso e na profissão.

O referido curso adotou uma metodologia crítico-política e, a partir de então, iniciou um caminho de ação junto ao social, que se institucionalizaria enquanto política por meio da Constituição de 1988. “A assistência social só adquiriu status de política pública a partir de 1988. E, somente em 1993 foi decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social” (TORRES, 2002, p. 23).

Apesar dessa reconfiguração institucional ocorrer apenas na passagem da década de 1970 para 1980, certa atenção dada ao social, não enquanto política pública, mas enquanto benemerência, é observável no Brasil desde o início da década de 1930. “No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930” (TORRES, 2002, p. 28).

No Brasil, o Serviço Social nasceu atrelado à necessidade da Igreja Católica em se fazer presente na sociedade que passara por um processo de laicização. Para não perder seu posto junto aos mais variados setores sociais, a igreja estendeu sua ação, se fazendo presente por meio de muitas instituições de cunho social, como as citadas acima. A esse respeito Iamamoto destaca:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e prestígios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procurou recuperar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Repensando suas posturas frente às sociedades modernas caminhando à laicização, a Igreja Católica se contrapôs aos princípios do liberalismo e ao comunismo, apontando-os e encarando-os como ameaçadores à sua posição na sociedade. “O movimento de ‘reação católica’ respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo literal” (IAMAMOTO, 2013, p. 20). Nesse contexto, a Igreja deixou de se contrapor ao capitalismo, tendo como foco o combate ao socialismo.

Nessa conjuntura, em meio a participação nacional na Segunda Guerra Mundial, no começo da década de 1940, teve início a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que acabou servindo de pretexto para que o Estado “institucionalizasse” os serviços voltados para o social, por meio da fundação da Legião Brasileira de Assistência.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira presidente dessa instituição foi Dona Dercy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas (TORRES, 2002, p. 29).

Também é nesse contexto que nasceu o primeiro-damismo. Em plena década de 1940, o Estado se viu obrigado a dar maior atenção aos problemas sociais, e a mulher do governante passou, então, a ocupar um papel estratégico nessa ação. Nasceu aí a representação da figura da primeira-dama, enquanto aquela que deveria atuar junto à população, preocupada e defensora das causas sociais. O primeiro nome em torno dessa representação é o de Darcy Vargas.

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. Foi assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas” (TORRES, 2002, p. 40).

Essa atuação da primeira-dama teve objetivos práticos e bem definidos. Com um modelo de dominação política pautada no assistencialismo, a atuação das primeiras-damas buscaram legitimar a estrutura do poder local, encabeçado por seus maridos. Essa estratégia de dominação silenciosa e mascarada, fez com que algumas primeiras-damas atuassem efetivamente no desenvolvimento de ações sociais, tornando-se grandes contribuidoras dos governos de seus esposos. O caso de Lúcia Braga exemplificou bem esse tipo de atuação, mas não foi visto neste trabalho de forma tão instrumentalizada, tendo em vista que a mesma conseguiu, por meio de sua atuação, construir um capital político próprio projetando-se assim na política partidária⁵.

Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local apropria-se do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos “femininos” de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de ações sociais (TORRES, 2002, p. 21).

Dessa forma, é nítido o viés assistencialista nas práticas do primeiro-damismo brasileiro, que se institucionalizava principalmente por meio de suas atuações em órgãos governamentais ou filantrópicos. A ação ou apoio ao desenvolvimento social ficava ao cargo dessas primeiras damas. Como dito, só a partir da atual constituição brasileira, é que a assistência social adquiriu estatuto de política pública, tendo que deixar de lado o seu viés assistencialista, fato que na prática demorou, ou está demorando um tanto a se concretizar. Assim,

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever de Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania (TORRES, 2002, p. 132).

Porém, vale destacar que essa mudança metodológica ocorrida no seio do curso e da atuação do profissional do serviço social, não ocorreu de forma linear. Assim, a atuação de Lúcia Braga no início da década de 1980, parece ainda seguir uma “velha” forma de serviço social, descrita por ela em seus dois livros autobiográficos sem receios.

Às vezes era acusada pelos companheiros da Funsat de assistencialista, porque vivia procurando no calendário as datas que justificassem entregas de feiras como presentes comemorativos. Assim, cada família da periferia em miséria absoluta, cadastrada pela equipe social, recebia uma cesta básica na páscoa, no São João, no dia

das mães, no dia das crianças e no natal. Era uma forma de amenizar a fome do povo, ao lado do trabalho de geração de emprego e renda e da conscientização que realizávamos, levando-os a uma visão crítica da sua realidade (BRAGA, 1996, p.87).

Assistência e assistencialismo se confundiam, se correlacionavam. Mesmo antagônicas, estiveram presente nas ações de algumas primeiras-damas. No caso de Lúcia Braga, sim, essas duas práticas coexistiram. Mesmo o Serviço social carregando, em partes, algumas características do seu antigo fazer, já no início da década de 1980 alguns grupos se opuseram às práticas assistencialista de Lúcia Braga. Diversas críticas de profissionais do ramo da Assistência Social são notadas durante a campanha de Wilson Braga em 1982, momento em que, segundo aquelas que teciam as críticas, Wilson e outros candidatos do PDS estariam utilizando as suas sedes de entidades de classe enquanto comitês eleitorais, objetivando transformar a categoria em massa de manobra com fins eleitoreiros⁶.

Cabe aqui uma compreensão sobre esse antagonismo entre assistência e assistencialismo. De acordo com Torres (2002), o assistencialismo “trata-se de uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade a ordem”. (TORRES, 2002, p. 175). Entendida como um dos elementos fundamentais do populismo, tal prática permite que o poder utilize-o enquanto estratégia política dentro de suas estruturas institucionais, forjando assim, a legitimação junto às classes menos favorecidas da sociedade. Já a assistência social, corroborando com Bobbio (1992), “assume o caráter de política pública, como direitos dos cidadãos e que requer uma intervenção ativa do Estado, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o estado social” (Bobbio, 1992, p. 72).

Conforme já foi mencionado, as duas práticas foram observadas em razão da análise sobre a atuação de Lúcia Braga junto à Funsat. Contando com a presença racionalizada de técnicos e uma equipe qualificada, a Fundação objetivava institucionalizar o espírito filantrópico e assistencialista de suas ações. No entanto, acabou instrumentalizando-a por meio do primeiro-damismo, atuando pontualmente na questão da habitação. “A ação social do governo deve ser submetida à orçamentação, ao controle social e à universalização de direitos, o que na prática, não se estabelece nas ações de benemerência” (TORRES, 2002, p. 10-11). Foi o que a Funsat tentou fazer, institucionalizando suas ações sociais por meio de respaldos governamentais.

O Jornal *O Momento* diversas vezes evidencia o trabalho da Funsat, a atuação de Lúcia Braga e os projetos por eles desenvolvidos. Em nota do governo, o periódico apresenta o seguinte texto:

A Funsat não foi criada para dar esmolas, nem distribuir enxovais, nem estimular a inércia. Sua prioridade é o social, tratado como problema de estrutura, e não como referência conjuntural. Sua clientela é a massa excluída dos bens sociais, os deserdados da seca e do desemprego. Mas ninguém desse contingente recebe divisão de renda da filantropia. Cada um dos emigrados da miséria passa a fazer parte de comunidades produtivas, capazes de construir sua própria casa e de realizar o seu próprio emprego (Jornal *O Momento*, 25 a 31 de março de 1984, p. 01).

A nota explicita a tentativa da construção de uma imagem da realização de um trabalho social pautado na assistência e, não no assistencialismo, expressando assim o reconhecimento das diferenças entre as duas práticas. No entanto, como a própria Lúcia afirmou, sempre que permitido, a Funsat realizava doações alimentícias e até de materiais permanentes. Dizendo ela querer sanar as necessidades do povo, Torres destaca que,

Esse tipo de encaminhamento dado à ação social no Estado, não só desequilibra o significado da assistência social como dever do Estado, como também promove a depreciação da pessoa humana, atingindo algo da maior importância na vida do ser social que é a dignidade e identidade social (TORRES, 2002, p. 186).

Mesmo negando, de certa forma, o caráter assistencialista Lúcia Braga, por meio da Funsat, afirmava seu intuito de humanizar as áreas periféricas.

Funsat objetiva humanizar periferia – Com objetivos específicos de humanizar as áreas periféricas, dar apoio às micro-indústrias e procurar minimizar o desemprego, a Funsat, aplicará técnicas desenvolvimento integrado em diversas comunidades, desde o litoral paraibano até as mais longínquas áreas interioranas do Estado (Jornal *A União*, 20 de abril de 1983, p 01).

No contexto pontuado, a “humanização” ou a busca por ela, aqui entendida não enquanto direitos humanos, mas como questão ligada à benevolência, era mais uma característica das práticas assistencialistas, reafirmando o que boa parte da historiografia aponta. “Analisando a sociedade a partir do suporte da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia humanista cristã” (IAMAMOTO, 2013, p. 31).

Dessa forma, observa-se que Lúcia Braga fez uso, entre os anos de 1983 a 1986, de práticas assistencialistas, embasadas na política populista de seu marido, legitimando

a estrutura de poder existente junto os grupos periféricos do Estado, em especial da capital paraibana. No entanto, vale destacar que atribuir sua performance unicamente a esse ponto seria um equívoco. O primeiro-damismo impulsionou a projeção de política de Lúcia Braga, no entanto, sua atuação não poder ser vista como uma simples participação instrumentalizada de legitimação do poder local, pautada no viés humanitário ou assistencialista.

Muitas vezes, o trabalho das primeiras-damas no âmbito da ação social é bem mais significativa que algumas ações governamentais, fazendo com que essas mulheres possam adquirir mais popularidade que os seus próprios maridos, fato que contribui para a legitimidade do poder local estatal junto às classes mais baixas, mas também as projetam para além daquela atuação. Esse é o caso da atuação de Lúcia Braga, que fazendo uso de diversas práticas assistencialistas legitimou a administração de Wilson Braga entre 1983 a 1986, e também conseguiu durante esse período construir seu capital político próprio, projetando-se no cenário político partidário. A esse respeito, Torres (2002) destaca:

Não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essas mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local, isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas (TORRES, 2002, p. 21-22).

Atuando nos bastidores da política eleitoral, aos poucos, Lúcia Braga foi se colocando na esfera pública, operando como sujeito de decisão e peça fundamental na gestão de seu esposo, evidenciando grande potencial de liderança e poder de persuasão juntos aos sujeitos com os quais trabalhou. Torres (2002) destaca que ações como essa “indicam que, gradativamente, as mulheres vão cavando espaços em lugares tradicionalmente ocupados pelos homens, havendo muitas vezes, certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal conscientização de gênero” (TORRES, 2002, p. 22).

Ultrapassando as barreiras do âmbito privado, Lúcia Braga adentrou no espaço público demonstrando o quanto as relações de poder permeiam diversos espaços, dentre eles o cotidiano. A atuação de primeira-dama pode, então, ser apontada em dois vieses. O primeiro seria aquele cuja performance de Lúcia serve de exemplo, ou seja, aquele que, servindo de espaço de construção de identidade social e capital político, pode ser a

porta de entrada para os espaços públicos. No segundo viés, essa atuação de primeira-dama, intrinsecamente atribuída à figura feminina, pode interditar a participação feminina para além da esfera privada de atuação.

É interessante registrar que não existem situações de ‘primeiras-damas’. Estamos à frente de uma função considerada feminina o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso parece caber a ela ser tão só acompanhante e não titular (TORRES, 2002, p. 12).

Em estudo realizado sobre a representação das primeiras-damas no estado no Amazonas, Iranildes Torres destaca que as mulheres primeiras-damas daquele estado estão construindo poderes próprios, especialmente junto às classes subalternas. Torres destaca que são espécies de micropoderes⁷ que vão conquistando no desempenho de suas atividades e nas relações que travam com a população. “Os dados revelam que em alguns casos as mulheres primeiras-damas possuem mais popularidade do que o marido governante” (TORRES, 2002, p. 12).

No caso paraibano, outras primeiras-damas exerceram importante papel de legitimação do governo de seus maridos: Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro; e Glauce Navarro Burity, esposa de Tarcísio Burity. No entanto, no caso de Lúcia Braga, além de legitimar a estrutura de poder estabelecida por seu marido Wilson Braga, ela conseguiu se projetar de fato na política partidária, sendo eleita em 1986 com um significativo contingente de votos oriundos das camadas periféricas da capital, aquela onde ela atuou de forma mais direta. A imagem de mãe dos pobres atrelada às características como as de bondade, caridade, vocação para o social, colaboraram para a construção da política Lúcia Braga. Assim, fazendo uso dos micropoderes que lhes foram atribuídos entre os anos de 1983 a 1986, Lúcia Braga se legitimou enquanto relevante personalidade política no estado paraibano.

A conquista desses poderes efetiva-se no cotidiano da sua prática social, isto é, no desempenho do seu papel no âmbito da esfera pública. Essas relações de poder materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importante para a legitimidade do poder local, faz com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem social que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já

que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do *status quo*” (TORRES, 2002, p. 25).

É interessante observar que o governo tinha uma Secretaria de Serviços Sociais, e mesmo assim, a maior parte das questões envoltas da assistência social ficaram ao cargo da Funsat e de Lúcia Braga. Dessa forma, mais uma vez deve-se destacar o grande peso da Fundação na sustentação da gestão Wilson Braga, que por meio dela conseguiu atingir uma crescente população periférica, atendê-los em partes, assim como controlá-los. Entretanto, vale também apontar que essa coexistência de duas instâncias com finalidades institucionais tão próximas pode evidenciar o quanto a Funsat teria sido criada como lugar excepcional para a atuação da primeira-dama, que por meio dela teria respaldo governamental para colocar em prática suas ações assistencialistas, cooptando e mantendo sob controle diversos segmentos dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa.

Concomitantemente, verificou-se no assistencialismo encabeçado por Lúcia Braga a participação de senhoras da alta sociedade paraibana junto às suas atividades que, certamente, geraram um sentimento de gratidão para estas mulheres. A Funsat por diversas vezes atuou em conjunto com outras secretarias, como a da Cultura, a de Ação Social, e também com secretarias municipais. Além dessas parcerias, a Funsat também dialogou com outros segmentos de ação social não governamentais, como a LBA. Como dito, assistência e assistencialismo estiveram relacionados na performance de Lúcia Braga durante a gestão de seu marido Wilson Braga. A nota abaixo apresentada pelo Jornal *A União* evidencia o que foi dito.

A criação de um Conselho Estadual de Política de Emprego, como o fim de suprir a carência de capacitação profissional dos trabalhadores do Estado, foi o objetivo principal da reunião presidida por Dona Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho, envolvendo entidades treinadoras da mão-de-obra do Estado, como a Secretaria de Serviços Sociais, o Sine, Senai, LBA, Senac, Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais do Município, Sesi, Ipep, Mobral, além de Centros Sociais Padre Dehon e Cordão Encarnado (Jornal *A União*, 04 de maio de 1983, p. 12).

O assistencialismo de Lúcia Braga pode ser apontado além de sua atuação na Funsat. Estando à frente da Fundação, Lúcia assumiu mais um compromisso voltado para o social. Dessa vez, ainda no primeiro ano do mandato de seu marido, a primeira-dama assumiu a coordenação do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Nesse espaço, Lúcia atuou de forma mais livre, mas sempre mantendo um diálogo com a LBA.

Dona Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho, ampliará suas atividades na área da assistência social. Ela vai assumir, no Estado, a coordenadoria do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Ontem ela reuniu-se com técnicos da Legião Brasileira de Assistência – LBA ao qual o programa é ligado, para inteirar-se de suas atividades na Paraíba. O Pronav mobiliza voluntários para participação efetiva nos serviços de apoio às comunidades carentes e, com uma conjugação às propostas da Fundação Social do Trabalho, poderão ser oferecidas melhores condições de vida às populações das áreas periféricas, segundo exposição de técnicos da Funsat, ontem durante reunião (Jornal *A União*, 24 de maio de 1983, p. 01).

Campanha sobre construção, funcionamento e fiscalização de creche, inspeção de hospitais, empreitada a favor de flagelados e desabrigados, assim como chamamento populacional em combate à seca e ao desemprego, foram realizados por Lúcia Braga nesse diálogo entre assistência e assistencialismo, por meio do tráfego entre a Funsat e o Pronav.

Até então essa benemerência evidenciada não foi algo singular da gestão de Wilson Braga ou de sua esposa Lúcia. Singular foi o transcorrer da primeira-dama do estado, que por meio de sua atuação entre 1983 a 1986, deu visibilidade e legitimou o poderio local e a gestão de Wilson Braga, assim como construiu seu capital político que lhe serviu de respaldo no processo de entrada na política partidária paraibana⁸.

Participação popular, assistência social e manipulação dos movimentos sociais/populares urbanos

O movimento popular urbano em João Pessoa tomou impulso a partir de fins da década de 1970 e início de 1980, período em que se intensificou o processo de urbanização da cidade. De imediato, pode-se apontar duas formas de intervenção do Estado no espaço urbano; a) construção de conjuntos habitacionais, investimentos em infraestrutura, financiamento a habitações individuais, entre outras; b) o incentivo à criação de associações comunitárias a seus moldes.

Em conjunto com esse inicial processo de expansão urbanística da capital paraibana, motivados por um período prolongado de estiagem, muitas pessoas advindas de outras localidades deslocaram-se para a zona litorânea. Como consequência, verificou-se a consolidação do *urban sprawl* ou espraiamento urbano, definido por Jakob (2002) como um fenômeno de expansão urbana que segue um princípio de organização desequilibrada e espraiada com a produção de subúrbios, condomínios horizontais de luxo e conjuntos habitacionais populares localizados nas bordas urbanas distantes do centro principal. Foi exatamente o que aconteceu com algumas capitais

brasileiras, a exemplo da paraibana, que a partir da década de 1970 iniciou um processo de expansão urbanística intensa e desenfreada, o que acabou por contribuir para a criação e ocupação de áreas suburbanas, muitas delas de risco.

Nesse contexto, movido por essa lógica urbanística, de acordo com Coutinho (2004), as ações da Fundação Social de Apoio ao Trabalho, no governo de Wilson Braga (1983-1986), construíram conjuntos mal planejados nos vales e encostas, com grau mínimo de infraestrutura e precárias condições de moradia. Ainda segundo o autor: “o Rio Jaguaribe passou a abrigar [...] em vários pontos das suas margens, populações inteiras que convivem com a alta densidade, falta de saneamento básico, limpeza urbana, falta de lazer, além de doenças causadas pela poluição e pelo assoreamento” (COUTINHO, 2004, p. 96).

Esse processo de urbanização e/ou expansão do espaço urbano ocorreu de forma paralela, mas não desarticulada, a democratização vivenciada pelo país entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, o processo de abertura política recolocou no cenário político o debate sobre "novos atores" coletivos, e a importância desses na mobilização em torno de interesses corporativos ou de carências sociais nos centros urbanos. Emergiu, então, a ideia de participação popular, modelo pelo qual faria com que a população participasse das tomadas de decisão do governo e este, por sua vez, priorizasse as demandas levantadas pela população.

De acordo com Azevedo e Prates (1990), quando a escassez de recursos impossibilita o aparato burocrático estatal de responder às demandas da sociedade, a descentralização na “tomada de decisão” e execução destas é apontada como uma medida importante ao possibilitar a transferência de responsabilidades e a partilha das soluções. Nesse contexto, a noção de participação popular, que seria constituída por meio incorporação de organizações populares, enquanto colaboradora nos processos de elaboração e implementação das políticas e adotada pelos governos, assume posição central. Nesse ínterim, são criadas associações de moradores, organismos comunitários e organizações voluntárias, no contexto do que foi denominado de planejamento participativo, no entanto, enquanto parte da estratégia controladora dos governos de estado.

John Turner foi um dos primeiros idealizadores a respeito da participação da população na formulação e implementação de políticas públicas, e sua concepção de participação estava ligada à ideia de autonomia da população no processo de autoconstrução de suas moradias. Turner, ofereceu o pretexto necessário para o Estado

sair de cena e colocar em voga a participação popular. Nesse contexto, o poder local buscou absolver, de forma organizada, a clientela de determinados programas sociais, como coautores e coexecutores de seus programas e projetos, o que ocorreu, por exemplo, em muitos dos programas habitacionais alternativos encabeçados pelos governos estaduais no início da década de 1980.

Estes programas, fundamentados na estratégia de "mutirão", utilizavam o trabalho não remunerado e o tempo livre do usuário (clientela), concedendo a estes um aparente protagonismo, quando na verdade o objetivo principal era a redução de gastos e o controle e a manipulação dos beneficiários. O contexto político do momento, o ideário democrático (re)nascente, o anseio por participação popular, foram fatores que envolveram os movimentos populares emergentes, forjando-lhes uma roupagem que não os cabiam, criando, dessa forma, uma falsa imagem de movimentos autônomos. É dessa forma que os movimentos associativos urbanos passam a fazer parte dos projetos governamentais no contexto de redefinição de formas de atuação do Estado autoritário.

Azevedo e Prates (1990) argumentam que deve-se considerar dois tipos diferentes de planejamento participativo para se entender melhor o que predominou na realidade brasileira. Seriam eles o planejamento participativo de tipo restrito ou instrumental e o de tipo ampliado ou neocorporativo. Os autores consideram a incorporação de associações e moradores na implementação de políticas como sendo um planejamento participativo do primeiro tipo.

Corroborando com o argumento exposto anteriormente, os autores reafirmam que se a participação popular supõe um processo emancipatório, na medida em que ela ocorre sob a tutela do Estado, essa emancipação não acontece, caracterizando-se como uma farsa. Ao invés de emancipação, esse tipo de participação popular promove a dependência em relação ao estado, assim como cria uma "massa de manobra" ao invés de atores políticos conscientes. Aqueles são bem mais difíceis de manipular do que estes.

Como dito, essa estratégia de cooptação dos movimentos populares, muito utilizada pelos governos de estados na passagem da década de 1970 à 1980, almejava controlar esses movimentos sem o uso da força explícita, como fizeram em momentos anteriores. A noção do enfrentamento físico e direto foi afastada, em detrimento da ideia de uma ação conjunta de solução dos problemas sociais. A referida estratégia foi amplamente utilizada pelos governantes da região Nordeste, e os incentivos do governo federal como respaldo foram consideráveis. De acordo com Andrade (1991), "Para se

ter uma ideia, das 1.499.806 unidades habitacionais populares financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação no período de 1964/1988, 572.894 estão localizadas no Nordeste o que corresponde a 34,8% do total. Um percentual muito alto se considerarmos que a população urbana da região, correspondia a 22,7% do total nacional” (ANDRADE, 1991, p. 15).

Nesse contexto, renovou-se o discurso político. Este agora deveria focar o “trabalhar para e com o povo”. Para que isso acontecesse, sem a perda de controle da ala governante, em diversos estados foram criados órgãos direcionados à ação junto à população.

Em Natal, a Secretaria Especial tinha como função primordial operacionalizar as diretrizes de Desenvolvimento Comunitário propostas no plano de governo, que entre outras coisas, recomendava a criação de associações de bairro para garantir uma maior participação das comunidades na condução dos destinos do município. [...] Um exemplo concreto da estratégia dessas administrações foi a criação dos Núcleos de Planejamento Comunitário (NPCs), na administração Gustavo Krause (ANDRADE, 1991, p. 18 - 19).

Na Paraíba foi a Funsat, presidida pela primeira-dama Lúcia Braga, quem desempenhou essa função de acompanhamento e assistência comunitária, pautada nessa noção controladora da participação popular. Essa participação era um mecanismo de articulação de interesses entre dominantes e dominados, e o espaço privilegiado desse entendimento era a associação de moradores.

Para garantir a manipulação e o controle político das associações de moradores, os governos estaduais, não só criavam as associações, mas se propunham a organizar a população, formavam lideranças comunitárias, financiavam candidaturas à diretoria das associações, além de distribuir recursos dos mais variados tipos à sua clientela. Eram estes os mecanismos pelos quais mantinham-se as associações de moradores como espaços políticos confiáveis, redutos eleitorais.

Quando analisados os discursos e representações criados em torno da Funsat e de seus propósitos, detectam-se vestígios explícitos referentes à estratégia da participação popular aos moldes do estado. A edição de 01 de maio de 1983 do jornal *A União*, logo em sua capa traz uma reportagem de Fátima Araújo e Barroso Filho a respeito da Funsat. Na parte superior da edição, antecipando a referida reportagem, o jornal coloca em evidência uma grande imagem de Lúcia Braga e a palavra “FUNSAT”, numa pequena nota que anuncia a reportagem.

A estrutura da Fundação Social do Trabalho, os seus objetivos e principais programas estão descritos nessa reportagem de Fátima

Araújo e Barroso Filho. Destacam a preocupação da então primeira-dama do Estado, Lúcia Braga, com problema de habitação, desemprego e migração. A Funsat atuará no sentido de minorar as disparidades através da execução de programas de melhoria dos projetos de habitação e aumento de renda da população. Todas as ações em prol do desenvolvimento comunitário e com a participação popular, numa forma de trabalho que corresponde aos novos tempos de abertura (Jornal *A União*, 01 de maio de 1983, p. 01).

A reportagem citada foi, na verdade, uma propaganda da Funsat construída em torno do que estávamos discutindo a respeito da estratégia de falsa participação popular e ação em conjunto com o governo. Tomando toda a capa da edição de 01 de maio, data simbólica de comemoração do dia do trabalho, a reportagem traz inúmeras fotos de Lúcia Braga junto à população periférica da capital, caminhando em meio as obras habitacionais, em reuniões nas associações de moradores. A própria criação dessa imagem da Funsat e da atuação de Lucia Braga faziam parte da estratégia governamental de uma aparente ação coletiva entre povo e governo.

Na edição de 04 de agosto de 1983, o mesmo jornal traz uma reportagem, em página inteira, intitulada “*Ajudando a Paraíba a ajudar-se*”. Nela foram expostas diversas fotos dos projetos habitacionais em execução, especialmente o Mutirão de Bayeux⁹, e uma longa mensagem de autoria da primeira-dama Lúcia Braga.

Sem falsas filantropias, mas com realidade. Essa é a meta principal do nosso trabalho. Ajudar as classes menos favorecidas a encontrar o caminho da sua realização, fornecendo-lhes os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento. Não faltam ao nosso posso capacidade de trabalho. As vezes lhe faltam os meios para concretizá-lo. E é aí que se desenvolve a nossa ação, através de diversos programas, que, ao longo de sua aplicação, darão ao paraibano uma possibilidade de sobreviver condignamente. É esse ao nosso ver a ação do Estado, uma ação que no futuro não só minimizará consideravelmente os problemas de marginalidade e tensões sociais, como lhe fornecerá a renda para aplicar em outros setores [...] (Jornal *A União*, 05 de agosto de 1983, p. 05).

A mensagem de Lúcia Braga evidencia sua preocupação em justificar o trabalho realizado pela Funsat, apontando-o como algo necessário e digno. Para isso a mesma reforçou a força do homem paraibano, e ressaltou que a população do estado, com o apoio do governo, teria uma chance de desenvolver suas potencialidades. O discurso é emergente da estratégia da participação popular.

Forte crítico das ações do governo Wilson Braga, o jornal *O Correio da Paraíba* teceu contundentes denúncias a respeito das ações de Lúcia Braga junto à população periférica da capital. Com uma nota intitulada “Lúcia Braga se irrita e deseja que eles

‘mofem’ na praça”, o periódico narrou um fato ocorrido em julho de 1986. Na ocasião, um grupo de moradores “sem-casa” teriam acampado na praça João Pessoa a fim de protestar sobre a demora na entrega de suas casas prometidas pelo governo e o atraso da ajuda de custo para pagar seus alugueis, também fornecido pelo governo.

De acordo com a nota, a ex-presidente da Funsat teria tentado entrar em acordo com a população, prometendo pagar os alugueis atrasados daqueles que moravam de aluguel, e relocar aqueles que não possuíam habitação para um galpão das fábricas desativadas do estado, para que estes desocupassem a praça João Pessoa. O jornal aponta que “as representantes dos sem casa recusaram mais essa proposta. Ela [Lúcia Braga] se irritou com isso e saiu esbravejando que ‘se querem ficar lá vão quarar, vão mofar, pois nada mais será feito por eles’. Em outra época, o discurso era ‘o social como prioridade’” (Jornal *O Correio da Paraíba*, 11 de julho de 1986, p. 01).

A matéria faz uma crítica à aparente e, segundo eles, dissimulada, preocupação de Lúcia Braga e a administração de Wilson Braga com o social, apontando que essa preocupação não passava de uma estratégia política aplicada aos momentos em que seria conveniente. A acusação foi realizada em plena campanha eleitoral de 1986.

Dessa forma, inserida nesse contexto de falsa assistência e real controle e manipulação social, destacamos o associativismo como a principal consequência do planejamento e implantação da estratégia de participação popular aos moldes em que ocorreu no Nordeste, em especial na Paraíba. De acordo com Andrade (1991), em Recife, dois terços das associações de moradores [existentes na época] foram criadas na administração Gustavo Krause (prefeito de Recife de 1978 a 1982, vice-governador de 1983 a 1986). O mesmo ocorreu em Natal, Rio Grande do Norte no período de governança de Agripino Maia (prefeito de natal de 1978 a 1982 e governador de 1983 a 1986) e em João Pessoa durante a gestão Wilson Braga (governador de 1983 a 1986).

Um dado bastante revelador desse processo refere-se ao caso de João Pessoa, que durante o período de governo de Wilson Braga foi palco de uma experiência participacionista, semelhante à realizada em Natal e Recife. Enquanto até 1982, o movimento de bairro restringia-se a ação de cerca de 50 associações de moradores existentes na cidade, ao fim do governo Wilson Braga estavam formalmente registradas cerca de 300 (ANDRADE, 1991, p. 40).

Em um trabalho elaborado sobre a construção da memória social, baseado nos discursos dos líderes populares urbanos de João Pessoa¹⁰, Queiroz (1999) traz o depoimento de diversas pessoas que estiveram envolvidas nos movimentos populares de

bairros da capital paraibana, os quais evidenciam o quanto o controle governamental ocorria de forma camuflada, mas bastante eminentemente sem seu interior.

"Mas o apoio que ele dava (o padre), era orientar a gente e jogar a gente pra lá, num sabe, num ia com a gente, só quem ia era a gente. Quando a gente começa a adquirir benefício da parte do governo, aí a comunidade da Igreja irritou-se, porque disse que a gente tava passando a ser pelego. Aí foi quando eu respondi para o padre, que ninguém recebe nada com briga, a gente tem de dá as mãos pra poder adquirir aquilo, não podia chegar ... , aí eu disse pra o padre, o pai de família nunca dá o pão quando recebe um tapa do filho, só dá o pão quando o filho chega com carinho, num sabe, papai me dê isso, me dê aquilo, aí ele dá. Mas num vai cum briga, num tem jeito de dar nada, e é isso que a gente pretende, não é brigar com ninguém e adquirir aquilo que a gente tem precisão. Aí a Igreja se afastou, e quando foi em 83, 84, foi fundada a Associação" (depoimento de um líder comunitário).

A autora salienta que durante toda a entrevista ficou evidenciado o quanto a precariedade de condições da comunidade era enfrentada por meio da reprodução do assistencialismo no interior das próprias associações comunitárias.

Durante diversas passagens no decorrer do texto também foi exposto o uso dessa estratégia de planejamento e execução da participação popular, como forma de controle por parte da Funsat, e como esse controle foi repudiado e denunciado por algumas lideranças da época. Na edição de 25 de novembro a 01 de dezembro de 1984, o jornal *O Momento* traz uma denúncia do deputado estadual Jório Machado quanto ao clima conflituoso instalado na comunidade Beira-Rio após a eleição da Associação de Moradores da comunidade. Na ocasião, a chapa liderada por pessoas à Funsat perdeu a eleição para a chapa de oposição e teria agido de forma violenta contra membros opositores. Jório ainda ressalta que com a perda, a Funsat perderia parte do seu controle dentro da comunidade, por isso se mostrava tão insatisfeita diante do resultado. Em resposta, na edição de 28 de novembro de 1984, Lúcia Braga afirma que a Funsat irá entrar na justiça para reivindicar o resultado da eleição.

A edição do dia 03 de setembro de 1986 traz a seguinte nota: "Associação comunitária expulsa espião". A nota faz referência à uma pessoa infiltrada pelo governo na associação comunitária do Porto João Tota. O enviado da Funsat seria o sr. Fernando Enéas, que estaria agindo com intuítos políticos a favor de Wilson Braga.

O presidente da Associação Comunitária do Porto de João Tota, Isnaldo José Paulo, distribuiu comunicado à imprensa informando que o sr. Fernando Enéas está desautorizado a falar em nome da associação e de assumir qualquer tipo de compromisso que envolva o nome da entidade. A decisão, segundo Isnaldo, foi tomada em reunião

Página | 194

Dayanny Deyse Leite RODRIGUES

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.178-198, ago-nov. 2017.

da entidade, por unanimidade de seus membros. “O sr, Fernando Enéas infiltrou-se na Associação com objetivos políticos que agora for descobertos. Ele foi nomeado por Wilson Braga para fazer esse trabalho de infiltração nas entidades comunitárias, e a nossa Associação não pode ser transformada em partido político do ex-governador, que combatemos energicamente”, disse o presidente Isnaldo Paulo. Ele acrescentou que “além de pago pelo PDS, Fernando Enéas conta com carro e motorista para suas locomoções, tudo financiado através do ex-governador” (Jornal *O Correio da Paraíba*, 03 de setembro de 1986, p. 08).

Outras críticas também foram feitas quando a impossibilidade de transitar em territórios comandados por pessoas da Funsat. Em plena campanha para prefeitura de João Pessoa de 1985, o candidato do Partido Liberal, Carlos Gláucio afirma ter seu comício interrompido por pessoas que se diziam da associação comunitária e que estavam agindo sob ordem da Funsat.

Escancarado crítico das ações da Funsat, Jório Machado protagonizou mais um ocorrido em torno da manipulação social exercido pela Fundação. Em abril de 1986 dona Marly Sarney, primeira-dama do país, realizou uma visita a João Pessoa sendo recebida e acompanhada por Lúcia Braga e a equipe da Funsat. O tumulto em torno da passagem da esposa do presidente Sarney pela Paraíba foi noticiado por vários periódicos locais. O jornal *O Correio da Paraíba* publicou uma nota de louvor ao deputado Jório Machado, por este ter conseguido “derrotar os patrulheiros da Funsat”. Na ocasião, Jório teria ajudado o senhor Belarmino, presidente da Associação de Moradores da Beira-Rio, a entrar em contato com dona Marly, conseguindo furar um forte bloqueio estabelecido pela Funsat. De acordo com o deputado estadual, a Fundação estaria tentando boicotar o trabalho de Belarmino, pois nos meses anteriores havia perdido o controle da comunidade quando sua chapa perdeu o pleito para Associação.

Aqui vale abrir um parêntese, e ressaltar a importância historiográfica dos periódicos, utilizados nesse trabalho enquanto valiosas fontes históricas. Não obstante, deve-se destacar que a imprensa carrega consigo e disponibiliza um enorme aparato informativo no que diz respeito a eventos cotidianos, demonstrado conflitos, modos de pensar, posturas sócio-políticas. Para o desenvolvimento desse trabalho fizemos uso de três periódicos que circularam durante a década de 1980 na cidade de João Pessoa, capital paraibana. A escolha não foi aleatória e, sim intencional, mediante ao fato desses três jornais fazerem parte de um ciclo de debate político vigente na referida década. A *União*, enquanto Jornal oficial do governo, buscou construir e perpassar imagens

positivas e benevolentes de Lúcia Braga e seu esposo, então governador do Estado, durante todo o seu mandato, *O Momento*, de propriedade do deputado estadual Jório Machado, adotou posturas abertamente oposicionistas, realizaram diversas críticas a gestão de Wilson Braga e também a atuação de sua esposa frente à Funsat. O *Correio de Paraíba*, assumiu também posturas críticas ao governo a partir do ano de 1984, principalmente após o assassinato de um de seus donos, o jornalista Paulo Brandão, cujas suspeitas recaíram à Wilson Braga.

A Funsat agia no interior das precárias comunidades que havia “estruturado”, organizando eventos solidários, montando associações de moradores e colocando seus representantes nas presidências. Com isso apontamos o uso clientelístico e instrumental da participação popular durante o processo de transição democrática no país, considerando a experiência paraibana enquanto um elemento importante no fortalecimento da estratégia do governo central.

Dessa forma, fazendo uso de práticas assistencialistas e filantrópicas, Lúcia Braga atuou à frente da Fundação Social do Trabalho, desenvolvendo um intenso trabalho de controle e manipulação de setores menos favorecidos da sociedade da capital do estado da Paraíba. A primeira-dama construiu seu reduto eleitoral no seio dos setores em que atuou e conseguiu, para além de legitimar o governo de seu esposo, Wilson Braga, se projetar ao cenário central da política partidária, tornando-se um dos nomes mais importantes da política paraibana na década de 1980 e 1990. Em 1986 Lúcia Braga é eleita a primeira deputada federal da Paraíba, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com 92.324 voto, sendo a terceira mais votada do estado e a mais votada de seu partido. A partir daí, Lúcia Braga fincou raízes na política, permanecendo nela até os dias atuais.

Referências

ANDRÁDE, Ilza Araújo Leão de. A incorporação das associações de bairro na implementação de políticas sociais como estratégia de dominação política no nordeste. Trabalho apresentado no XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambú - MG, 1991. Disponível em: file:///D:/Downloads/IlzaAndrade_Incorporacao.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2016.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stifting, 2001.

AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antonio Augusto Pereira. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva: a questão do Estado e populações periféricas no

contexto brasileiro. Trabalho apresentado no *XIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. Caxamb-ij- MG, out. 1990.

BRAGA, Lúcia Navarro. *Tempo de viver, Tempo de contar*. João Pessoa: A União, 1996.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COUTINHO, M. A. F. *Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa*. 2004. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

JAKOB, A. A. E. Urban sprawl: custos, benefícios e o futuro de um modelo de desenvolvimento do uso da terra. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 13. 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: ABEP, 2002.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. A construção da memória social: o discurso dos líderes populares urbanos. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (Org.). *Movimentos sociais: produção e reprodução do sentido*. Recife: Universitária da UFPE, 1999.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Mulher e Política na Paraíba*. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

TORRES, Iraídes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

TURNER, J. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. In *Revista Arquitetura IAB*, no. 68, 1968, p. 17–19.

Jornal “A União”. 1983

Jornal “O Momento”. 1982 e 1984

Jornal “O Correio da Paraíba”. 1986

¹ Pierre Bourdieu, entende por noção de “campo”, a conjuntura de relações entre as posições desempenhadas pelos agentes, de acordo com suas colocações nas distribuições e lutas de poder, sendo a existência dessas relações independente da consciência e intenção individual. O sociólogo aponta que tudo aquilo que é passível de ser pensado e falado politicamente é limitado pelas leis que regulam o campo da política.

² Em 2016 Lúcia Braga concorreu ao cargo de vereadora no município de João Pessoa, capital paraibana, pelo PDT na coligação TRABALHO DE VERDADE VI. Lúcia Braga não obteve êxito, ficando na suplência.

³ Este trabalho segue a perspectiva da “Nova” História Política. Não aquela História Política Tradicional que vigorava entre os fazeres historiográficos do século XIX, que valorizava apenas as instituições do Estado, os feitos dos “grandes homens” e os eventos de curta duração, mas uma história política que está ligada à discussão do estudo de micropoderes num ambiente cotidiano, no interior da família, nos discursos populares e nos grupos minoritários, como as mulheres. Mais informações ver: BERNSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOX, Jean-Pierre (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa. 1998. p. 349 – 364. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. MOTTA, Rodrigo Pato (org.). *Cultura Política na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009. JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

⁴ MELLO, José Otávio de Arruda; SANTOS, Walter; PONTES, Francisco da Silva. *Poder e política na Paraíba*. Uma análise das lideranças locais. 1960-1990. 1o ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

⁵ Bourdieu (2011[1986]), classifica “capital político como uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de créditos pelas quais os agentes conferem uma pessoa (BOURDIEU, 2011[1986], p.187).

⁶ Jornal *O Momento*, 18 a 24 de abril de 1982, p. 09.

⁷ Foucault compreendeu que ao lado do aparelho estatal existe uma rede de micropoderes, ou seja, formas de poder que se configuram de maneira diluída nos mais diversos setores da sociedade, e que o poder é a ação sobre as ações, apresentando-se como força que não age apenas de cima para baixo, mas que direciona-se sim de um indivíduo para o outro e vice e versa. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁸ As discussões que fomentaram esta primeira parte do texto já foram discutidas anteriormente pela autora, no artigo GÊNERO E POLÍTICA: Lúcia Braga, do Assistencialismo à Projeção Pessoal, publicado em 2016 pela Revista Cantareira. Este encontra-se disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2016/09/e24a15.pdf>.

⁹ O Projeto Mutirão de Bayeux consistiu na construção de casas populares no município de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa. O projeto foi realizado em forma de mutirão, no qual o governo entraria com o material e a supervisão, e a própria população local contribuiria com a mão de obra.

¹⁰ QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. *A construção da memória social: o discurso dos líderes populares urbanos*. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (Org.). *Movimentos sociais: produção e reprodução do sentido*. Recife: Universitária da UFPE, 1999.